

# **ESTATUTOS DA GENERALI SEGUROS, S.A.**

## **CAPÍTULO I**

### **DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

#### **ARTIGO PRIMEIRO**

1. A Sociedade adota a denominação **Generali Seguros, S.A.**
2. A Sociedade rege-se pelo presente contrato e pela legislação geral e especial que lhe seja aplicável.

#### **ARTIGO SEGUNDO**

1. A Sociedade tem sede na Avenida da Liberdade, n.º 242, freguesia de Santo António, concelho de Lisboa.
2. O Conselho de Administração pode deslocar a sede para qualquer outro local dentro do território nacional.
3. O Conselho de Administração pode abrir e encerrar, no território nacional ou no estrangeiro, sucursais, agências, delegações, dependências ou outras formas locais de representação.

#### **ARTIGO TERCEIRO**

1. A sociedade tem por objeto social o exercício da atividade de seguro e de resseguro de todos os ramos e operações, salvo no que respeita ao seguro de crédito com garantia do Estado, podendo ainda exercer atividades conexas ou complementares das de seguro ou resseguro.
2. A Sociedade integra o grupo Generali e, nesta qualidade, está obrigada a cumprir as instruções emitidas pela Assicurazioni Generali S.p.A. (Casa Mãe), no exercício das suas

atividades de gestão e coordenação, para executar as medidas determinadas pela autoridade de supervisão italiana, o Instituto per la Vigilanza, sulle Assicurazioni (IVASS), tendo em vista a estabilidade e eficiência da gestão do grupo.

3. O dever de cumprimento das instruções da Assicurazioni Generali S.p.A. (Casa Mãe), nos termos do número anterior, não prejudica a subordinação da Sociedade ao direito Português, nomeadamente à legislação relativa à atividade seguradora, nem o exercício dos poderes de supervisão por parte da autoridade de supervisão portuguesa, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

#### **ARTIGO QUARTO**

A Sociedade durará por tempo indeterminado.

#### **ARTIGO QUINTO**

O Conselho de Administração, salvo limitação de leis especiais, pode deliberar a subscrição, aquisição, oneração ou alienação pela Sociedade de participações em sociedades de responsabilidade limitada com qualquer objeto, ou em sociedades reguladas por leis especiais e a participação da Sociedade em agrupamentos complementares de empresas.

### **CAPÍTULO II**

#### **CAPITAL, AÇÕES, OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS E PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS**

#### **ARTIGO SEXTO**

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de €90 500 000,00 (noventa milhões e quinhentos mil euros) e está representado por noventa milhões e quinhentas mil ações, com o valor nominal de um euro cada.

#### **ARTIGO SÉTIMO**

1. As ações poderão ser escriturais ou tituladas.

2. Caso as ações sejam tituladas podem ser emitidos títulos representativos de qualquer número de ações.
3. As ações são nominativas.

#### **ARTIGO OITAVO**

Por deliberação da Assembleia Geral, a Sociedade pode emitir, nos termos da legislação aplicável, categorias de ações privilegiadas, designadamente ações preferenciais sem voto e bem assim ações remíveis, com ou sem voto, bem como converter ações ordinárias em ações preferenciais sem direito de voto.

#### **ARTIGO NONO**

A Sociedade não pode adquirir ações próprias, salvo nos casos em que a lei o permitir

#### **ARTIGO DÉCIMO**

A Sociedade pode, por deliberação do Conselho de Administração, ou caso a lei não permita atribuir tal competência a este órgão, por deliberação da Assembleia Geral, emitir outros valores mobiliários de qualquer tipo, designadamente, obrigações, nas diversas modalidades legalmente admitidas e *warrants* autónomos relativos a quaisquer valores mobiliários e, bem assim, efetuar sobre obrigações próprias as operações que forem legalmente permitidas.

#### **ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO**

1. A Assembleia Geral poderá deliberar a realização pelos acionistas de prestações acessórias de capital, em dinheiro, até ao montante máximo de € 200.000.000,00 (duzentos milhões de euros).
2. Salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral, as prestações acessórias mencionadas no número anterior:
  - a) serão prestadas a título gratuito:
  - b) não poderão ser reembolsadas quando, por efeito do reembolso, a situação líquida da Sociedade se tornar inferior à soma do capital social e das reservas legais que tenham sido entretanto constituídas e que não possam ser distribuídas aos acionistas.

3. As prestações acessórias não poderão ainda ser reembolsadas se na data do reembolso, a Sociedade não cumprir, ou se em resultado desse reembolso deixar de cumprir com os requisitos legais e regulamentares de capital mínimo e de solvência aplicáveis às instituições seguradoras.
4. A obrigação de realizar as prestações acessórias de capital vence-se trinta dias após a data da deliberação, ou em outras datas de vencimento pela mesma estabelecidas ou determinadas.
5. Pode igualmente ser deliberada a conversão de quaisquer créditos em prestações acessórias de capital, ficando estas sujeitas ao disposto neste preceito estatutário e na lei aplicável.

### **CAPÍTULO III**

#### **ÓRGÃOS SOCIAIS**

#### **SECÇÃO I**

##### **DISPOSIÇÕES COMUNS**

##### **ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO**

1. São órgãos da Sociedade a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.
2. Os órgãos sociais são designados para mandatos de três anos civis, coincidentes com os exercícios sociais, contando-se como completo o ano da designação.
3. Sem prejuízo de eventuais limitações legais, é permitida a recondução, por uma ou mais vezes.
4. Os membros dos órgãos sociais consideram-se em funções após serem designados e terem aceite, expressa ou tacitamente, essa designação.
5. Os membros dos órgãos sociais permanecem em exercício de funções até à sua substituição, se entretanto não tiverem cessado tais funções, por renúncia ou destituição.

##### **ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO**

1. As remunerações dos membros dos órgãos sociais são fixadas pela Assembleia Geral, ou por uma comissão de vencimentos por ela nomeada e constituída por dois ou mais membros, acionistas ou não.
2. As remunerações dos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, e do Revisor Oficial de Contas devem consistir numa quantia fixa.
3. As remunerações dos membros do Conselho de Administração podem integrar uma componente variável, que será determinada em conformidade com a política de remunerações aprovada anualmente em Assembleia Geral.
4. Sendo estabelecido que a remuneração dos administradores inclua uma participação nos lucros de exercício, a percentagem global destes a utilizar para esse fim não pode exceder 5% por cento dos lucros do exercício que forem distribuíveis.

#### **ARTIGO DÉCIMO QUARTO**

Salvo nos casos em que, nos termos legais, a caução seja, ou possa ser dispensada, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal devem, nos trinta dias seguintes à sua designação, prestar caução, pelo montante mínimo legalmente previsto, e por qualquer das formas admitidas por lei, podendo a caução ser substituída por seguro constituído para o efeito.

### **SECÇÃO II**

#### **ASSEMBLEIA GERAL**

#### **ARTIGO DÉCIMO QUINTO**

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e por um Secretário, eleitos pela Assembleia Geral.

#### **ARTIGO DÉCIMO SEXTO**

1. Os acionistas deliberam em Assembleia Geral sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelo contrato de sociedade e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da Sociedade.
2. A Assembleia Geral é composta por todos os acionistas com direito de voto.

3. A cada ação corresponde um voto.
4. Para efeitos de participação na Assembleia Geral, os acionistas devem fazer prova dessa qualidade, por qualquer das formas legalmente admissíveis, até ao quinto dia antes da reunião.
5. Qualquer acionista com direito de voto pode fazer-se representar na Assembleia Geral, mediante carta, com assinatura, sem necessidade de reconhecimento legal, dirigida ao Presidente da Mesa e recebida na sede social até à véspera da reunião.
6. Não é admitido o voto por correspondência.
7. A Assembleia Geral poderá ser realizada com utilização de meios telemáticos, se a Sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.
8. A Sociedade não disponibilizará através do seu sítio na Internet as informações preparatórias da Assembleia Geral nem os elementos de informação referidos nas alíneas a) a d), do n.º 1, do artigo 288.º do Código das Sociedades Comerciais.

#### **ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO**

1. A Assembleia Geral é convocada nos termos e com a antecedência mínima exigida por lei.
2. A Assembleia Geral pode ser convocada mediante carta registada enviada aos acionistas, ou, em relação aos acionistas que comuniquem previamente o seu consentimento, por correio eletrónico com recibo de leitura, devendo mediar, entre a expedição das cartas ou mensagens de correio eletrónico e a data da reunião, pelo menos, vinte e um dias.

#### **ARTIGO DÉCIMO OITAVO**

1. Sem prejuízo dos casos em que decorra imperativamente da lei solução diversa, a Assembleia Geral pode funcionar e deliberar validamente seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respetivas ações correspondam.

2. A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social nela representado, com exceção dos casos em que outra maioria seja determinada por lei.

### **SECÇÃO III**

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

##### **ARTIGO DÉCIMO NONO**

1. O Conselho de Administração é composto por um mínimo de cinco e um máximo de onze membros.
2. A Assembleia Geral pode eleger dois administradores suplentes.
3. A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração fixa o número de administradores e designa o respetivo Presidente.
4. Na falta de deliberação expressa, considera-se fixado o número de administradores eleitos.
5. Quando ao Conselho de Administração seja composto por um número par de membros, o seu Presidente terá voto de qualidade.
6. Nas ausências e impedimentos do Presidente de Conselho de Administração, e sendo em número par os administradores em exercício presentes, tem voto de qualidade o administrador ao qual tenha sido atribuído esse direito no respetivo ato de designação.

##### **ARTIGO VIGÉSIMO**

1. O Conselho de Administração pode encarregar especialmente algum ou alguns administradores de se ocuparem de certas matérias de administração, bem como delegar, dentro dos limites da lei, poderes de administração, incluindo os relativos à gestão corrente da Sociedade, em administrador ou administradores determinados, ou numa Comissão Executiva, composta por um mínimo de três administradores.
2. As deliberações do Conselho de Administração relativas à delegação de poderes devem fixar os limites da delegação, devendo ser exarados em ata os poderes delegados e, no caso de criar uma Comissão Executiva, deve a deliberação em causa estabelecer, ainda, a composição e o modo de funcionamento desta.

3. O Presidente da Comissão Executiva é designado pelo Conselho de Administração de entre os seus membros.
4. Sempre que a Comissão Executiva seja composta por um número par de membros a Presidente da Comissão Executiva terá voto de qualidade, no caso de empate nas votações.
5. O Conselho de Administração pode constituir comissões especializadas, com ou sem a presença de Administradores, para acompanhar determinadas matérias específicas.

### **ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO**

1. A Sociedade obriga-se perante terceiros pela assinatura:
  - a) Conjunta de dois administradores;
  - b) De um administrador delegado e de um mandatário, no âmbito e com os limites do correspondente mandato;
  - c) De um membro do Conselho de Administração e de um mandatário, no âmbito e com os limites do correspondente mandato.
  - d) De um ou mais mandatários, no âmbito e com os limites do correspondente mandato conferido por dois administradores.
2. Em assuntos de mero expediente é suficiente a assinatura de um administrador.

### **ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO**

1. O Conselho de Administração reúne sempre que o Presidente, ou outros dois administradores o convoque, e, pelo menos, uma vez por trimestre.
2. As reuniões são convocadas por escrito, mediante carta, telecópia, correio eletrónico, ou por qualquer outra forma tecnologicamente admissível.
3. O Conselho de Administração pode deliberar reunir em datas previamente fixadas, que devem constar de deliberação específica e de ata, sendo, nesse caso, dispensada a convocação, sem prejuízo de disponibilização prévia de documentos.
4. Qualquer administrador pode fazer-se representar nas reuniões de Conselho por outro administrador, mediante carta dirigida ao Presidente, ou votar por correspondência.



5. As reuniões do Conselho de Administração podem realizar-se através de meios telemáticos, se a sociedade assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações, procedendo ao registo do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes.
6. O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.
7. As deliberações são tomadas por maioria simples dos administradores presentes ou representados, e dos que votem por correspondência.
8. Compete ao Conselho de Administração declarar a falta definitiva de um administrador no caso de este faltar, sem justificação aceite pela Administração, a três reuniões seguidas ou a cinco interpoladas em cada exercício.
9. Para os efeitos do disposto no número anterior, cabe ao Conselho de Administração qualificar a falta, considerando-se devidamente justificada a que, sendo fundamentada pelo faltoso, não for recusada, até ao final da segunda reunião subsequente à que respeita.

### **ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO**

1. Os Administradores, em exercício ou os ex-Administradores, podem reformar-se quando atingem a idade de reforma nos termos da lei geral.
2. Para além das pensões de reforma, a atribuir pela segurança social a que tentiam direito, os Administradores que tenham desempenhado funções executivas beneficiam de um plano de pensões de contribuição definida, nos termos dos números seguintes e conforme o plasmado em regulamento aprovado para o efeito.
3. Para o efeito, a Sociedade deve realizar contribuições para um fundo de pensões de contribuição definida, incluindo eventuais contribuições iniciais no momento da constituição ou adesão ao fundo de pensões, em benefício de determinados administradores.
4. As contribuições a realizar pela Sociedade para financiar o fundo de pensões de contribuição definida são efetuadas nos seguintes termos cumulativos:
  - a) Contribuição base anual da Sociedade equivalente a 3,25% (três virgula vinte e cinco por cento) do salário pensionável anual do Administrador;

- b)** Para o mandato de 2016-2018, a Contribuição regular anual da Sociedade igual à diferença entre 3.25% (três virgula vinte e cinco por cento) e 30% (trinta por cento) do respetivo salário pensionável anual;
  - c)** Para os mandatos seguintes, a contribuição regular anual da Sociedade será entre 3,25% (Três virgula vinte e cinco por cento) e 30 (trinta por cento) do respetivo salário pensionável anual;
  - d)** Contribuições adicionais facultativas que podem ser realizadas pela Sociedade em benefício de determinados Administradores, desde que aprovadas por deliberação da Assembleia Geral expressamente tomada para o efeito.
- 5.** O salário pensionável anual para o cálculo das contribuições de base e regulares anuais a realizar pela Sociedade integra o salário anual fixo e regular, conforme definido em Assembleia Geral.
  - 6.** Os Administradores podem também realizar contribuições voluntárias para financiar o fundo de pensões, nos termos previstos no respetivo regulamento.
  - 7.** A Sociedade não assume quaisquer encargos adicionais com os complementos de reforma, após a momento da cessação de funções de administração.
  - 8.** O Administrador ao atingir a idade de reforma prevista pelo regime da segurança social, e desde que, nessa data, seja efetivamente reformado nos termos desse regime, tem direito às unidades de participação atribuídas pelo plano de pensões existentes na sua conta individual, nos termos previstos no respetivo regulamento.
  - 9.** O Administrador que cesse funções antes da idade da reforma tem direito às unidades de participação existentes na sua conta individual, podendo exercer a portabilidade das mesmas, nos termos previstos no respetivo regulamento, desde que não exista, à data, qualquer litígio judicial, de qualquer tipo ou natureza, entre o Administrador e a Sociedade.
  - 10.** A assembleia geral da sociedade pode, se assim o entender, deliberar dispensar a verificação da condição prevista no número anterior para efeitos de exercício da portabilidade das unidades de participação.
  - 11.** O Administrador apenas pode solicitar o reembolso das unidades de participação, sob a forma de renda, capital ou mista, em caso de desemprego de longa duração, doença grave e incapacidade permanente, entendidos estes conceitos nos termos da lei em vigor e nos termos previstos no respetivo regulamento,

12. Os Administradores podem, nos termos do regulamento, designar beneficiários das unidades de participação existentes na sua conta individual à data da sua morte, caso a mesma ocorra durante o seu mandato, conforme previsto no regulamento.
13. Administradores têm também direito às unidades de participação existentes nas suas contas individuais nos casos de reforma por invalidez ou de reforma adiada, de acordo com o previsto no regulamento.

## **SECÇÃO IV**

### **FISCALIZAÇÃO**

#### **ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO**

A fiscalização da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas que não seja membro daquele órgão.

#### **ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO**

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois Vogais designados, juntamente com um suplente, pela Assembleia Geral dos Acionistas.

#### **ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO**

1. O Conselho Fiscal reúne sempre que o Presidente ou os dois Vogais o convoquem e, pelo menos, uma vez em cada três meses.
2. Para que o Conselho Fiscal possa deliberar é necessária a presença da maioria dos seus membros.

#### **ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO**

O Revisor Oficial de Contas e o respetivo suplente são designados pela Assembleia Geral, mediante proposta de Conselho Fiscal.

## **SECÇÃO V**

### **SECRETÁRIO DA SOCIEDADE**

#### **ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO**

O Conselho de Administração pode designar, a todo o tempo, um Secretário e o respetivo suplente, a quem competirá a prática de todos os atos que lhe são legalmente atribuídos, e cujos mandatos, renováveis, por uma ou mais vezes, coincidem com o mandato do Conselho de Administração designante.

## **CAPÍTULO IV**

### **APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

#### **ARTIGO VIGÉSIMO NONO**

1. Os lucros do exercício que sejam legalmente distribuíveis têm a aplicação que a Assembleia Geral livremente deliberar, podendo nomeadamente deliberar a sua não distribuição aos acionistas sempre que o interesse social o justificar, não sendo aplicável as limitações previstas no artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais.
2. Obtido parecer favorável do Conselho Fiscal, o Conselho de Administração pode deliberar, por uma só vez, na segunda metade de cada exercício, a distribuição de dividendos antecipados, por conta dos resultados do exercício em curso, observados os limites legais.

## **CAPÍTULO V**

## **DISPOSIÇÃO FINAL**

### **ARTIGO TRIGÉSIMO**

O exercício de poderes de órgãos da Sociedade previstos neste contrato está sujeito às comunicações, autorizações ou aprovações impostas pelas leis especiais reguladoras das empresas de seguros e da atividade seguradora.

15 de dezembro de 2021

**ESTATUTOS DE  
GENERALI SEGUROS, S.A.**

**CAPÍTULO I  
DENOMINACIÓN, DOMICILIO SOCIAL, OBJETO Y DURACIÓN**

**ARTÍCULO PRIMERO**

1. La Sociedad adopta la denominación social de **Generali Seguros, S.A.**
2. La Sociedad se rige por los presentes estatutos sociales, y por la legislación general y especial aplicable.

**ARTÍCULO SEGUNDO**

1. El domicilio social de la Sociedad se fija en la Avenida da Liberdade, n.º 242, parroquia de Santo António, municipio de Lisboa.
2. El Consejo de Administración podrá trasladar el domicilio social de la Sociedad a cualquier otro lugar del territorio nacional.
3. El Consejo de Administración podrá crear y suprimir sucursales, agencias, delegaciones, dependencias u otras formas de representación local en Portugal o en el extranjero.

**ARTÍCULO TERCERO**

1. La Sociedad tiene por objeto social el ejercicio de la actividad aseguradora y reaseguradora en todos sus ramos y operaciones, excepto el seguro de crédito con garantía del Estado. Puede realizar también actividades conexas o complementarias a las del seguro o reaseguro.
2. La Sociedad forma parte del grupo Generali y, como tal, está obligada a cumplir las instrucciones de Assicurazioni Generali S.p.A. (Sociedad Matriz), en el ejercicio de sus actividades de gestión y coordinación, para ejecutar las medidas determinadas por la autoridad de supervisión italiana, el Instituto per la Vigilanza, sulle Assicurazioni (IVASS), con vistas a la estabilidad y eficiencia de la gestión del grupo.
3. El deber de cumplir las instrucciones de Assicurazioni Generali S.p.A. (Sociedad Matriz), en los términos del apartado anterior, se entiende sin perjuicio de la subordinación de la Sociedad a la legislación portuguesa, en particular, a la legislación relativa a la actividad aseguradora, y del ejercicio de las facultades de supervisión por parte de la autoridad

supervisora portuguesa, la Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

#### **ARTÍCULO CUARTO**

La Sociedad tendrá duración indefinida.

#### **ARTÍCULO QUINTO**

El Consejo de Administración, excepto cuando esté limitado por leyes especiales, podrá decidir sobre la suscripción, adquisición, gravamen o enajenación por parte de la Sociedad de participaciones en sociedades de responsabilidad limitada con cualquier objeto, o en sociedades reguladas por leyes especiales, y la participación de la Sociedad en agrupaciones complementarias de empresas.

### **CAPÍTULO II**

#### **CAPITAL, ACCIONES, OTROS VALORES MOBILIARIOS Y PRESTACIONES ACCESORIAS**

#### **ARTÍCULO SEXTO**

El capital social, totalmente suscrito y desembolsado, asciende a 90.500.000,00 € (noventa millones quinientos mil euros) y está dividido en noventa millones quinientas mil acciones de un euro de valor nominal cada una.

#### **ARTÍCULO SÉPTIMO**

1. Las acciones pueden ser desmaterializadas o materializadas.
2. Si las acciones son materializadas, pueden emitirse títulos representativos de cualquier número de acciones.
3. Las acciones son nominativas.

#### **ARTÍCULO OCTAVO**

Por resolución de la Junta General, la Sociedad podrá emitir, en los términos de la legislación aplicable, categorías de acciones privilegiadas, a saber, acciones preferentes sin derecho a voto y acciones redimibles, con o sin derecho a voto, y además convertir acciones ordinarias en acciones preferentes sin derecho a voto.

#### **ARTÍCULO NOVENO**

La Sociedad no podrá adquirir acciones propias, con excepción de los casos en los que la ley lo permita.

### **ARTÍCULO DÉCIMO**

La Sociedad podrá, por decisión del Consejo de Administración, o por decisión de la Junta General (si la ley no permite conferir estas facultades al Consejo de Administración), emitir otros valores mobiliarios de cualquier tipo, concretamente, bonos en las diversas formas legalmente admitidas y *warrants* autónomos relativos a cualesquiera valores mobiliarios, así como realizar cualesquiera operaciones sobre bonos propios que estén legalmente permitidas.

### **ARTÍCULO DÉCIMO PRIMERO**

1. La Junta General podrá decidir que los accionistas realicen aportaciones accesorias de capital, en efectivo, hasta un importe máximo de 200.000.000 € (doscientos millones de euros).
2. Salvo decisión contraria de la Junta General, las aportaciones accesorias mencionadas en el párrafo anterior:
  - a) se prestarán a título gratuito;
  - b) no podrán ser reembolsadas cuando, como consecuencia del reembolso, el patrimonio neto de la Sociedad pase a ser inferior a la suma del capital social y de las reservas legales que se hayan constituido entretanto y que no puedan ser distribuidas a los accionistas.
3. Asimismo, las aportaciones accesorias no podrán ser reembolsadas si, en la fecha del reembolso, la Sociedad no cumple o, como consecuencia de dicho reembolso, deja de cumplir con los requisitos legales y reglamentarios de capital mínimo y solvencia aplicables a las entidades aseguradoras.
4. La obligación de realizar las aportaciones accesorias de capital se vence en el periodo de treinta días desde la fecha del acuerdo, o en otras fechas de vencimiento que se hayan establecido en dicho acuerdo.
5. Podrá aprobarse, asimismo, un acuerdo para convertir cualquier crédito en aportaciones accesorias de capital, que quedarán sujetas a las disposiciones de estos estatutos y a la legislación aplicable.

## **CAPÍTULO III ÓRGANOS SOCIALES**



**SECCIÓN I**  
**DISPOSICIONES COMUNES**

**ARTÍCULO DÉCIMO SEGUNDO**

1. Los órganos de la Sociedad son la Junta General, el Consejo de Administración, el Consejo de Supervisión y el Censor Jurado de Cuentas.
2. Los órganos sociales se nombran por mandatos de tres años naturales, coincidiendo con el ejercicio contable y contando el año de designación como año completo.
3. Salvo por posibles limitaciones legales, dichos mandatos son renovables, una o más veces.
4. Se considera que los miembros de los órganos sociales están en el ejercicio de sus funciones una vez que han sido nombrados y han aceptado expresa o tácitamente dicho nombramiento.
5. Los miembros de los órganos sociales permanecerán en el ejercicio de sus funciones hasta su sustitución, salvo que cesen en su cargo por dimisión o destitución.

**ARTÍCULO DÉCIMO TERCERO**

1. La Junta General decidirá la remuneración de los miembros de los órganos sociales; alternativamente, la remuneración podrá ser decidida por una comisión de remuneraciones, nombrada por la Junta General y formada por dos o más miembros, accionistas o no.
2. La remuneración de los miembros de la mesa de la Junta General, del Consejo de Supervisión y del Censor Jurado de Cuentas consistirá en una suma fija.
3. La remuneración de los miembros del Consejo de Administración podrá incluir un componente variable, que será determinado de conformidad con la política de remuneración aprobada anualmente por la Junta General.
4. Si se establece que la remuneración de los consejeros incluye una participación en los beneficios del ejercicio, el porcentaje global que se utilizará a tal efecto no podrá superar el 5% de los beneficios distribuibles del ejercicio.

**ARTÍCULO DÉCIMO CUARTO**

Salvo en los casos en los que conforme a la legislación aplicable se exima de caución, los miembros del Consejo de Administración y del Consejo de Supervisión deberán, en el plazo de treinta días tras su nombramiento, prestar caución por el importe mínimo legalmente previsto y en cualquiera de las formas admitidas por la ley, pudiendo sustituirse dicha caución por un seguro constituido a tal efecto.

**SECCIÓN II**  
**JUNTA GENERAL**

**ARTÍCULO DÉCIMO QUINTO**

La mesa de la Junta General está formada por un Presidente y un Secretario, ambos elegidos por la Junta General.

**ARTÍCULO DÉCIMO SEXTO**

1. Los accionistas deciden constituidos en Junta General sobre los asuntos que les son atribuidos por la ley y por los estatutos y sobre aquellos que no están incluidos entre las facultades de otros órganos sociales.
2. Todos los accionistas con derecho a voto podrán asistir a la Junta General.
3. A cada acción le corresponde a un voto.
4. Con el objetivo de participar en la Junta General, los accionistas deberán acreditar su condición, por cualquier medio admisible en derecho, a más tardar el quinto día anterior a la reunión.
5. Cualquier accionista con derecho a voto puede hacerse representar en la Junta General mediante carta firmada, sin necesidad de reconocimiento legal, dirigida al Presidente de la Mesa de la Junta General y recibida en el domicilio social a más tardar el día anterior a la reunión.
6. No se permite el voto por correo.
7. La Junta General podrá celebrarse utilizando medios telemáticos si la Sociedad garantiza la autenticidad de las declaraciones y la seguridad de las comunicaciones, procediendo al registro de su contenido y de los respectivos participantes.
8. La Sociedad no facilitará en su página web la información preparatoria de la Junta General ni la información a la que se refieren las letras a) a d) del apartado 1 del artículo 288 del Código de las Sociedades Mercantiles (*Código das Sociedades Comerciais*).

**ARTÍCULO DÉCIMO SÉPTIMO**

1. La Junta General se convocará en los términos y con la antelación mínima exigida por la ley.
2. La Junta General podrá ser convocada por carta certificada enviada a los accionistas o, en el caso de los accionistas que hayan dado previamente su consentimiento, por correo

electrónico con acuse de recibo, con un plazo mínimo de veintiún días entre el envío de las cartas o correos electrónicos y la fecha de la reunión.

### **ARTÍCULO DÉCIMO OCTAVO**

1. Salvo en los casos en que la ley exija imperativamente una solución diferente, la Junta General quedará constituida y podrá deliberar válidamente cualquiera que sea el número de accionistas presentes o representados y el importe del capital al que correspondan sus acciones.
2. La Junta General decidirá por mayoría de los votos emitidos, sea cual sea el porcentaje del capital social representado, salvo en los casos en los que la ley determine otra mayoría.

### **SECCIÓN III**

### **CONSEJO DE ADMINISTRACIÓN**

### **ARTÍCULO DÉCIMO NOVENO**

1. El Consejo de Administración estará compuesto por un mínimo de cinco y un máximo de once miembros.
2. La Junta General podrá elegir a dos consejeros suplentes.
3. En la Junta General en la que se elijan los miembros del Consejo de Administración, se fijará el número de consejeros y se nombrará al respectivo Presidente.
4. A falta de acuerdo expreso sobre el número de consejeros en los términos del párrafo anterior, se entenderá que el número de consejeros que componen el Consejo de Administración equivale al número de administradores elegidos en la Junta General.
5. Cuando el Consejo de Administración esté compuesto por un número par de miembros, su Presidente tendrá voto de calidad.
6. En caso de ausencia o impedimento del Presidente del Consejo de Administración, y estando presentes un número par de consejeros en el ejercicio de sus funciones, tendrá voto de calidad el consejero al que se le haya otorgado este derecho en el respectivo acto de designación.

### **ARTÍCULO VIGÉSIMO**

1. El Consejo de Administración podrá encargar especialmente a uno o varios consejeros que se ocupen de determinados asuntos de administración, así como delegar, dentro de los

límites de la ley, poderes de administración, incluidos los relativos a la gestión diaria de la Sociedad, en uno o varios consejeros concretos, o en un Comité Ejecutivo formado por al menos tres consejeros.

2. Las resoluciones del Consejo de Administración relativas a la delegación de poderes deberán establecer los límites de la delegación, para lo cual deberán constar en acta los poderes delegados y, en el caso de la creación de un Comité Ejecutivo, la resolución deberá establecer también su composición y su modo de funcionamiento.
3. El Presidente del Comité Ejecutivo será designado por el Consejo de Administración de entre sus miembros.
4. Siempre que el Comité Ejecutivo esté compuesto por un número par de miembros, el Presidente del Comité Ejecutivo tendrá voto de calidad en caso de empate.
5. El Consejo de Administración podrá crear comités especializados, con o sin la presencia de Consejeros, para supervisar determinados asuntos específicos.

### **ARTÍCULO VIGÉSIMO PRIMERO**

1. La Sociedad se obliga legalmente ante terceros mediante la firma:
  - a) conjunta de dos consejeros;
  - b) de un consejero delegado y un mandatario, dentro del ámbito y los límites del mandato correspondiente;
  - c) de un miembro del Consejo de Administración y un mandatario, dentro del ámbito y los límites del mandato correspondiente.
  - d) de uno o más mandatarios, dentro del ámbito y los límites del mandato correspondiente otorgado por dos consejeros.
2. Para asuntos meramente administrativos, será suficiente la firma de un consejero.

### **ARTÍCULO VIGÉSIMO SEGUNDO**

1. El Consejo de Administración se reunirá siempre que lo convoque el Presidente u otros dos consejeros, y, al menos, una vez por trimestre.
2. Las reuniones se convocarán por escrito, carta, fax, correo electrónico o cualquier otro medio tecnológicamente aceptable.
3. El Consejo de Administración podrá decidir reunirse en fechas previamente fijadas, que deberán constar en una resolución específica y en el acta, en cuyo caso se prescindirá de la

necesidad de convocar la reunión, sin perjuicio de la disponibilidad previa de los documentos.

4. Cualquier consejero podrá hacerse representar en las reuniones del Consejo por otro consejero, mediante carta dirigida al Presidente, o votar por correo.
5. Las reuniones del Consejo de Administración podrán celebrarse por medios telemáticos si la Sociedad garantiza la autenticidad de las declaraciones y la seguridad de las comunicaciones, registrando su contenido y a los respectivos participantes.
6. El Consejo de Administración no podrá adoptar resoluciones si no están presentes o representados la mayoría de sus miembros.
7. Las resoluciones se aprobarán por mayoría simple de los consejeros presentes o representados y de los que votan por correo.
8. Corresponderá al Consejo de Administración declarar la ausencia definitiva de un consejero si este no asiste, sin justificación aceptada por el Consejo de Administración, a tres reuniones consecutivas o a cinco reuniones no consecutivas en cada ejercicio.
9. A los efectos del apartado anterior, corresponderá al Consejo de Administración calificar la ausencia; la ausencia se considera debidamente justificada si dicha justificación no ha sido rechazada al finalizar la segunda reunión siguiente a la reunión del Consejo de Administración cuya ausencia se justificó.

### **ARTÍCULO VIGÉSIMO TERCERO**

1. Los miembros del Consejo de Administración en el ejercicio de sus funciones o los antiguos miembros del Consejo de Administración podrán jubilarse cuando alcancen la edad de jubilación en los términos de la ley general.
2. Además de las pensiones de jubilación concedidas por la seguridad social a las que tengan derecho, los Consejeros que hayan desempeñado funciones ejecutivas disfrutarán de un plan de pensiones de aportación definida, en los términos de los números siguientes y de acuerdo con la normativa aprobada a tal efecto.
3. Para ello, la Sociedad deberá realizar aportaciones a un fondo de pensiones de aportación definida, incluyendo las aportaciones iniciales en el momento de la constitución o adhesión al fondo de pensiones, en beneficio de determinados consejeros.
4. Las aportaciones que deba realizar la Sociedad para financiar el fondo de pensiones de cotizaciones definidas se efectuarán en las siguientes condiciones acumulativas:
  - a) aportación base anual de la Sociedad equivalente al 3,25% (tres coma veinticinco por ciento) del salario pensionable anual del Consejero;

- b) para el mandato 2016-2018, la aportación anual regular de la Sociedad igual a la diferencia entre el 3,25% (tres coma veinticinco por ciento) y el 30% (treinta por ciento) del respectivo salario pensionable anual;
  - c) para los mandatos posteriores, la aportación regular anual de la Sociedad se situará entre el 3,25% (tres coma veinticinco por ciento) y el 30% (treinta por ciento) del respectivo salario pensionable anual;
  - d) aportaciones adicionales opcionales que podrá realizar la Sociedad en beneficio de determinados Consejeros, siempre que sean aprobadas por acuerdo de la Junta General expresamente adoptado al efecto.
5. El salario pensionable anual para el cálculo de las aportaciones de base y regulares anuales que debe abonar la Sociedad incluye el salario anual fijo y regular, tal y como se haya definido en Junta General.
  6. Los Consejeros también podrán realizar aportaciones voluntarias para financiar el fondo de pensiones, en los términos establecidos en el respectivo reglamento.
  7. La Sociedad no asumirá ningún coste adicional con los complementos de jubilación cuando se produzca el cese de funciones de administración.
  8. Cuando un Consejero alcance la edad de jubilación prevista por el sistema de seguridad social, y siempre que en esa fecha esté efectivamente jubilado en los términos de dicho sistema, tendrá derecho a las participaciones atribuidas por el plan de pensiones en su cuenta individual, en los términos previstos en el respectivo reglamento.
  9. Cualquier Consejero que cese en su cargo antes de la edad de jubilación tendrá derecho a las participaciones existentes en su cuenta individual y podrá ejercer su portabilidad en los términos de los respectivos reglamentos, siempre que no exista en ese momento ningún litigio de cualquier tipo o naturaleza entre el Consejero y la Sociedad.
  10. La Junta General de la Sociedad podrá, a su discreción, decidir renunciar a la condición establecida en el párrafo anterior a efectos del ejercicio de la portabilidad de las participaciones.
  11. El Consejero sólo podrá solicitar el reembolso de las unidades, en forma de renta, capital o mixta, en caso de desempleo de larga duración, enfermedad grave e incapacidad permanente, entendiéndose estos conceptos en los términos de la legislación vigente y en los términos previstos en el reglamento correspondiente.
  12. Los Consejeros podrán, en virtud del reglamento, designar beneficiarios de las participaciones existentes en su cuenta individual en la fecha de su fallecimiento, si este se produce durante su mandato, según lo previsto en el reglamento.

13. Los Consejeros también tendrán derecho a las participaciones existentes en sus cuentas individuales en los casos de jubilación por invalidez o de jubilación aplazada, de acuerdo con lo previsto en el reglamento.

## **SECCIÓN IV SUPERVISIÓN**

### **ARTÍCULO VIGÉSIMO CUARTO**

La Sociedad está supervisada por un Consejo de Supervisión y un Censor Jurado de Cuentas que no sea miembro de dicho órgano.

### **ARTÍCULO VIGÉSIMO QUINTO**

El Consejo de Supervisión está compuesto por un Presidente y dos Vocales nombrados, junto con un suplente, por la Junta General.

### **ARTÍCULO VIGÉSIMO SEXTO**

1. El Consejo de Supervisión se reúne siempre que el Presidente o los dos Vocales lo convoquen y, al menos, una vez cada tres meses.
2. Para que el Consejo de Supervisión pueda tomar decisiones, debe estar presente la mayoría de sus miembros.

### **ARTÍCULO VIGÉSIMO SÉPTIMO**

El Censor Jurado de Cuentas y su respectivo suplente son nombrados por la Junta General, a propuesta del Consejo de Supervisión.

## **SECCIÓN V SECRETARIO DE LA SOCIEDAD**

### **ARTÍCULO VIGÉSIMO OCTAVO**

El Consejo de Administración podrá nombrar, en cualquier momento, un Secretario y su suplente, que serán los encargados de realizar todos los actos que legalmente se les corresponde, y cuyos mandatos, renovables por una o varias veces, coincidirán con el mandato del Consejo de Administración que los nombró.

**CAPÍTULO IV  
APLICACIÓN DE LOS RESULTADOS**

**ARTÍCULO VIGÉSIMO NOVENO**

1. Los beneficios del ejercicio que sean legalmente distribuibles se aplicarán según decida libremente la Junta General, que podrá decidir no distribuirlos a los accionistas cuando el interés de la Sociedad así lo justifique, sin que sean de aplicación las limitaciones previstas en el artículo 294 del Código de las Sociedades Mercantiles.
2. Tras obtener el dictamen favorable del Consejo de Supervisión, el Consejo de Administración puede decidir, de forma puntual, en el segundo semestre de cada ejercicio, el reparto de dividendos anticipados a cuenta de los resultados del ejercicio en curso, dentro de los límites legales.

**CAPÍTULO V  
DISPOSICIÓN FINAL**

**ARTÍCULO TRIGÉSIMO**

El ejercicio de las facultades de los órganos de la Sociedad previstos en los presentes estatutos sociales está sujeto a las comunicaciones, autorizaciones o aprobaciones impuestas por las leyes especiales que regulan las compañías de seguros y la actividad aseguradora.

15 de diciembre de 2021